



Genaldio Magela

ALTERNATIVA Programas para retirar crianças das ruas devem ser ampliados, defende Eduardo

PEC paralela será votada até dia 29, prevê Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, e o líder do governo, Aloizio Mercadante, anunciaram ontem calendário de votações das reformas, que estabelece a realização de sessões em todos os fins de semana de dezembro

Eduardo rejeita a antecipação da maioria

A redução da maioria penal para 16 anos foi criticada por Eduardo Siqueira Campos, para quem a classe política deve encontrar alternativas e não permitir que as crianças brasileiras percam seu futuro nas cadeias.

Página 4

Efraim apela por verbas para universidade

O senador Efraim Morais pediu ao governo a liberação de recursos para a Universidade Federal da Paraíba. De acordo com ele, a instituição está em situação de penúria, sem poder pagar contas de água, luz e telefone.

Página 2



Genaldio Magela

SÁBADO Rodolpho Tourinho lê expedientes durante sessão extraordinária em que Sarney e Paim se revezaram na presidência da sessão

Na próxima quarta-feira, começam as sessões de discussão da PEC paralela, que contém propostas de mudanças apresentadas ao texto da reforma da Previdência, já aprovada em primei-

ro turno. A reforma tributária, que se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para a análise de emendas de Plenário, deverá entrar na pauta de votações do colegiado também na quarta-feira.

Acordo de alto nível garantirá votação da emenda, diz Simon

O senador Pedro Simon manifestou certeza de que a proposta paralela à reforma da Previdência será votada rapidamente, em virtude de entendimentos políticos em torno da matéria. Já o senador Efraim Morais lembrou que o acordo para votação não inclui a Câmara dos Deputados, o que pode comprometer a aprovação.

Pedro Simon foi um dos 24 senadores que compareceram à sessão de ontem



José Cruz



Raupp quer descentralizar uso de recursos

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) disse ontem que o governo federal deve estimular a tomada de decisões em âmbito local sobre a utilização dos recursos de seus programas. O Executivo cobra tributos suficientes, mas a má gestão impede que bons resultados cheguem aos cidadãos, argumentou.

O parlamentar sugeriu que o governo siga o exemplo de "programas que já demonstraram sucesso, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o programa da merenda", que há alguns anos vêm sendo gerenciados de forma descentralizada, sendo as escolas públicas estaduais e municipais as responsáveis últimas pela execução dos recursos.

– As decisões tomadas mais proximamente daqueles que serão afetados por elas têm maior chance de serem acertadas. Além disso, reforçam a responsabilidade da comunidade que receberá os recursos e são um estímulo à própria vida comunitária – afirmou, acrescentando que o risco de desvio também tende a diminuir.

O senador defendeu ainda maior atenção do Executivo federal na capacitação dos gerentes dos programas e um acompanhamento mais rigoroso na aplicação dos recursos.

Raupp também emitiu opinião sobre a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), dizendo que ela deverá ser prorrogada, mas que, se o cidadão não auferir os benefícios do tributo, os legisladores perdem justificativa para impingir sua cobrança à população, tornando-a "mais um tributo que se perde nas más gestões".

Efraim pede verbas para universidade da Paraíba

■ Senador adverte que todas as universidades federais do país passam hoje por situação de penúria

Ao registrar que a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) está sem condições de pagar suas contas de água, luz e telefone, e que professores estão comprando material para ministrar aulas, o senador Efraim Morais (PFL-PB) fez apelo ao presidente Lula, ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e ao ministro da Educação, Cristovam Buarque, solicitando a liberação de recursos para a UFPB honrar seus compromissos. Ele lembrou que a situação de penúria atinge todas as universidades federais.



COBRANÇA Efraim também propõe ampla investigação sobre o assassinato de Celso Daniel

Coluna da jornalista Dora Kramer, tratando de recentes declarações do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, foi comentada por Efraim. Baseado nos fatos registrados pela colunista, Efraim concluiu que "o ministro tem emitido declarações a respeito de tudo, inclu-

sive do que não lhe diz respeito", mesmo quando o tema provoca constrangimento ao governo ou ao PT.

Celso Daniel

Efraim também defendeu ampla investigação sobre a acusação feita pelo Ministério Público de que o empresário Sérgio Gomes da Silva teria sido o mandante do assassinato do prefeito de Santo André (SP) Celso Daniel, morto em janeiro do ano passado. Citando matéria da *Folha de S. Paulo*, o senador destacou que o irmão do prefeito assassinado, o médico João Daniel, confirmou a existência de esquema de cobrança de propina para financiar campanhas do PT.

Em aparte, Eurípedes Camargo (PT-DF) concordou que o assassinato de Celso Daniel precisa ser esclarecido.

Lobão faz homenagem a TV maranhense

A passagem dos 40 anos de criação da TV Difusora do Maranhão foi comemorada da tribuna, ontem, pelo senador Edison Lobão (PFL-MA). Ele informou que a emissora, fundada em 1963, sempre persistiu no seu propósito de divulgar e valorizar os temas vinculados às raízes maranhenses.

Lobão observou a expansão da emissora, que hoje mantém vasta rede retransmissora, "oferecendo imagens e textos com alto aprimoramento técnico".

– A TV Difusora representa orgulho para os maranhenses – afirmou o senador, ressaltando que dirigentes e funcionários "merecem aplausos pelas re-



CELEBRAÇÃO Em intervalo da sessão de ontem, senadores celebram o aniversário de Edison Lobão (segundo à direita)

alizações que contribuem para o desenvolvimento do estado".

Aniversário

Edison Lobão recebeu on-

tem, dos senadores que participaram da sessão extraordinária, cumprimentos pela passagem de seu aniversário.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Heráclito registra carta de professores

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) leu ontem carta de agradecimento que recebeu da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Piauí por sua postura contrária à reforma da Previdência, recentemente aprovada em primeiro turno no Senado. Ele destacou trechos da correspondência, concordando com a crítica feita pela associação sobre o tratamento dado pelo governo aos servidores públicos.

Segundo o senador, os docentes afirmam haver um sentimento de frustração da categoria com o governo. "Não abdicaremos de lutar contra injustiças que se aprofundam nesse governo de neoliberalismo petista; entraremos com ações jurídicas de inconstitucionalidade para barrar a privatização da Previdência", declararam os docentes.

– Me encoraja a carta dos docentes do Piauí, tradicionalmente combativos – assinalou Heráclito, ao observar que concorda com a noção de descompasso entre o governo do PT e os movimentos populares.

Ele afirmou, porém, que apesar de manter sua posição contrária à PEC principal (nº 67/03), irá votar a favor da paralela (nº 77/03). O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), parabenizou o orador e disse estar confiante em que a PEC paralela seja aprovada para corrigir distorções.

Rio São Francisco

No mesmo discurso, Heráclito concordou ainda com as preocupações demonstradas pela senadora Heloísa Helena (PT-AL) quanto à falta de cuidados com a conservação do Rio São Francisco.

Agenda

Plenário

O Plenário realiza hoje, às 10h, sessão não deliberativa, dedicada a pronunciamentos dos parlamentares. O calendário que prevê trabalhos legislativos no fim de semana tem por objetivo acelerar a votação da emenda paralela à proposta de reforma da Previdência (PEC nº 77/03).

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



HISTÓRIA Paim lembrou a sessão de 1992 que analisou o impeachment de Collor

Senado tem nova sessão extraordinária hoje

Os senadores se reuniram ontem em sessão extraordinária convocada para acelerar a tramitação da chamada PEC paralela (PEC nº 77/03), que deverá alterar dispositivos da reforma da Previdência, já aprovada em primeiro turno. Hoje o Plenário volta a se reunir em sessão não deliberativa. De acordo com o Regimento Interno do Senado, são necessá-

rios cinco dias após a publicação do parecer no *Diário do Congresso Nacional* para que proposta de emenda à Constituição seja incluída na ordem do dia. Com a realização de sessões extraordinárias aos sábados e domingos, os fins de semana serão considerados dias úteis, contribuindo para o cumprimento do interstício regimental.

Como a sessão é não delibe-

rativa, não houve votação ontem, apenas pronunciamentos dos senadores e comunicados da Mesa.

O senador Paulo Paim (PT-RS) ressaltou o caráter histórico da sessão, comparando-a à realizada em dezembro de 1992, quando o Senado se reuniu em um fim de semana para analisar o pedido de *impeachment* do então presidente Fernando Collor.



DIREITOS Augusto Botelho defende o respeito à capacidade de contribuição

Votação das reformas deve ocorrer até o fim do ano, diz José Sarney

O presidente do Senado declarou que ainda é cedo para falar em convocação extraordinária

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem que está confiante em que até o final do ano o Senado votará as reformas da Previdência e tributária. Ele declarou que ainda é cedo para se falar em convocação extraordinária em janeiro. Sua expectativa é que as sessões extraordinárias convocadas para este fim de semana e para os próximos, até o Natal, serão suficientes para as votações.

– Acredito que, se politicamente tivermos um bom entendimento, votaremos antes do Natal ou até o dia 29 de de-



CONFIANÇA Sarney e Mercadante acreditam que até o dia 29 de dezembro os senadores apreciarão as duas reformas constitucionais

zembro a proposta paralela de emenda à Constituição (PEC nº 77/03) – ressaltou o senador, informando já ter conversado com o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, que afirmou haver vontade política naquela Casa para votar rapidamente a proposta.

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), também disse esperar a conclusão da votação da PEC pa-



ralela no Senado até o Natal. Se não for possível, observou, isso poderá ocorrer entre o Natal e o Ano-Novo. Segundo ele, os senadores já foram comunicados que não devem marcar viagem para esse período.

Calendário

Mercadante anunciou ontem os próximos passos e datas de votações das duas reformas. Algumas informações ainda dependem da confirmação ofici-

al da Secretaria da Mesa do Senado, o que deve ocorrer ao longo desta semana.

De hoje até terça-feira estão sendo contados os prazos de interstício para a PEC paralela da reforma da Previdência. Na quarta-feira começam as sessões de discussão e, no próximo domingo, ela já poderá ser votada em primeiro turno. A previsão do senador é que a votação, em segundo turno, ocorra no dia 23. Já a PEC principal da reforma da Previdência (nº 67/03) deverá ser votada, em segundo turno, esta terça-feira.

Quanto à reforma tributária, Mercadante informou que a votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá ocorrer na quarta-feira e no dia seguinte a matéria já será submetida ao exame do Plenário.

PODER

Pedro Simon: PEC paralela deverá ser aprovada por unanimidade

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) manifestou a certeza de que o Senado vai aprovar, por unanimidade, a PEC nº 77, a chamada emenda paralela à reforma da Previdência Social. Ele também previu ontem que o governo cumprirá os compromissos assumidos com a oposição e votará, o mais rápido possível, a proposta na Câmara dos Deputados.

Simon disse que o Senado vive “um momento histórico” em virtude dos acordos políticos fechados em torno da proposta paralela, que classificou de alto nível. Ele afirmou que o

Senado, com a apresentação da PEC paralela, fez o que pôde para melhorar a proposta de reforma da Previdência, apesar de reconhecer que as conquistas não são as ideais.

Para Simon, o Senado não pode continuar sendo uma espécie de cartório destinado somente a carimbar as propostas encaminhadas pelo governo. O Senado deve “impor a sua vontade”, defendeu, alterando ou propondo as modificações que julgar necessárias.

O parlamentar também aconselhou o governo a iniciar um programa de combate à sonega-

ção na Previdência Social, observando que o principal problema do sistema previdenciário é a corrupção. Os escândalos são quase diários, assinalou, daí a necessidade de uma ação urgente do governo.

Compromisso

O líder da Minoria, senador Efraim Morais (PFL-PB), em aparte, afirmou não estar convencido de que o governo votará a PEC paralela na Câmara, apesar dos compromissos assumidos. Ele acha que o governo não aceita as alterações introduzidas na proposta original pela emenda paralela, entre



VOTAÇÃO Governo cumprirá acordo e PEC será apreciada na Câmara, diz Simon

as quais definição de subtetos diferenciados nos estados.

– É bom lembrar que a PEC paralela não tem prazo de tramitação na Câmara dos Deputados. Com isso o governo irá esquecer de votá-la – ironizou Efraim.

Para Augusto, contribuinte é desrespeitado

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) afirmou ontem, em Plenário, que, apesar das garantias expressas na Constituição federal, o contribuinte, em especial o mais pobre, não tem mais seus direitos elementares assegurados no país. Ele defendeu a aplicação, pelo sistema tributário brasileiro, de princípios como os da igualdade, do respeito à capacidade contributiva, da legalidade estrita e da anterioridade. Assim, explicou, o Estado estaria combatendo a desigualdade social.

Augusto criticou a elevada carga tributária cobrada no país, que, para ele, chega a violar as garantias fundamentais do cidadão. Segundo o parlamentar, o Estado brasileiro, mesmo com a alta carga de impostos, não dá contraprestação eficiente em serviços. Além de mencionar dispositivos constitucionais que prevêm casos de isenção de taxas para os mais pobres, ele lembrou que a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais também são determinadas pela Constituição.

O representante de Roraima assinalou ainda, citando o tributarista Roque Antônio Carraza, que o princípio da igualdade tem relação com o da progressividade.

– Não podemos tirar dos que têm menos. A tributação por alíquotas fixas tende a contribuir com desigualdade econômica, obrigando que pessoas sem condições de contribuir suportem um sacrifício injustificável. Sem progressividade não há como atingir a igualdade tributária – argumentou.

Em aparte, o senador Moza-rildo Cavalcanti (PPS-RR) disse que há muito tempo a União vem atuando sem preocupação com o contribuinte.



Geraldo Magalhães

DESAFIO João Ribeiro sustenta que combate à seca nordestina é questão de segurança nacional

João Ribeiro defende transposição

Registrando que o seu estado está disposto a colaborar com a transposição de águas do Rio Tocantins para o Rio São Francisco, o senador João Ribeiro (PFL-TO) salientou que o combate aos efeitos negativos da seca sobre o Nordeste é uma questão de segurança nacional. Ele disse que o vice-presidente José Alencar, designado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para viabilizar a obra de transposição, vai obter êxito na realização do projeto.

– O Senado federal está impedido de admitir que alguns brasileiros não tenham direito e acesso à água pelo simples fato de terem nascido no semi-árido do Nordeste ou em outra região pobre. Não podemos admitir que esse tipo de discriminação odiosa se perpetue, principalmente sabendo que os estudos atuais indicam que, no ano 2015, a situação da água no Nordeste será crítica – assinou João Ribeiro.

Em aparte, Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) comentou que a água do Rio Tocantins, que já é solução para muitos problemas do seu estado, pode transformar-se também em solução para parte dos problemas da Região Nordeste. Já o senador José Sarney (PMDB-AP) opinou que uma das formas de o Brasil utilizar bem o seu potencial hídrico é levar água para solucionar a seca nordestina.

Eduardo é contra redução da responsabilidade penal

■ Para senador, seria mais eficaz a adoção de uma política para retirar das ruas as crianças abandonadas

Ao se manifestar contra a redução da maioridade penal, para combate à criminalidade, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) sugeriu, ontem, a adoção de “medidas arrojadas e corajosas”, como retirar das ruas as crianças abandonadas. Apesar de essa medida ser dispendiosa, o senador argumenta que ela sairá mais barato para o país do que “condenar crianças pobres a perder seu futuro nas cadeias”.

Entre as sugestões feitas pelo senador, está a ampliação de iniciativas bem-sucedidas,



José Cruz

SAÍDA Ampliação do Bolsa-Escola e do Peti é defendida por Eduardo Siqueira Campos

como o programa Bolsa-Escola e o de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti).

Eduardo também citou o programa Pioneiros Mirins, desenvolvido pelo governo do To-

cantins, que oferece bolsa a 42 mil crianças para que possam estudar, em vez de trabalhar ou ficar perambulando pelas ruas. Se programa semelhante fosse adotado pelo governo federal, cerca de 5 milhões de crianças seriam beneficiadas, assinalou.

– O Brasil avançou tanto no registro de veículos que um carro abandonado do Oiapoque ao Chuí pode ser identificado em cinco minutos pela Internet. Em compensação, uma criança pode passar vários dias abandonada nas ruas e ninguém irá até ela procurar saber de onde veio e por que está naquela condição.

Em aparte, a senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) sustentou que não seria justo punir jovens e adolescentes que não tiveram oportunidade de estudar ou dispor de uma moradia.

Para Eurípedes, causa da criminalidade entre menores no país está na pobreza

A maior parte dos crimes praticados por crianças e adolescentes no Brasil tem a pobreza como causa, afirmou o senador Eurípedes Camargo (PT-DF), ao criticar a proposta de antecipação da maioridade penal. “A violência crescente causa indignação, mas é preciso termos o cuidado de não nos levar pela comoção”.

Eurípedes citou estudo da Organização das Nações Unidas (ONU), segundo o qual a maioria dos países considera adultos os que têm acima de 18 anos. Comparando a situação do Brasil com a do Japão, ele observou que naquele país, com rede de proteção social maior que a brasileira, 42,6% dos infratores são jovens. Mesmo assim, informou, no Japão



José Cruz

CONSTATAÇÃO Eurípedes diz que o problema está vinculado à desigualdade social

a idade penal é de 20 anos.

O senador defendeu investimentos em educação como forma de combater a criminalidade. Ele salientou que, con-

forme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), “dos adolescentes privados de liberdade no país, 62% não são brancos, 51% não frequentavam a escola, 89,6% não completaram o ensino fundamental e 6% são analfabetos”. Ainda segundo o Ipea, 66% dos adolescentes detidos vêm de famílias com rendimento mensal variando de apenas um salário a até dois salários mínimos.

– Parece-me ficar evidente que crimes praticados por adolescentes são ligados à desigualdade social, ao não exercício da cidadania e à falta de políticas de proteção social – afirmou Eurípedes, cujo pronunciamento foi elogiado, em apartes, por Patrícia Saboya (PPS-CE) e Augusto Botelho (PDT-RR).



José Cruz

RECONHECIMENTO Mozarildo elogia criação de grupo de trabalho pelo presidente Lula

Mozarildo aplaude estudo sobre Roraima

A decisão do presidente Lula de criar um grupo de trabalho interministerial para resolver a situação fundiária das terras de domínio da União, localizadas no estado de Roraima foi aplaudida ontem pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR). Para ele, esta é a primeira vez que o governo federal tenta dar solução para o problema, que se arrasta desde que Roraima deixou de ser território federal e passou a ser estado.

Mozarildo informou que o grupo está ouvindo entidades e lideranças de todo o estado no intuito de tratar a questão fundiária de forma justa e equilibrada. Os integrantes dessa equipe, que teve os trabalhos prorrogados até 30 de janeiro de 2004, estão analisando, conforme observou, problemas relacionados à demarcação de terras indígenas, áreas de fronteira e de proteção ambiental.

O senador considerou importante a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de declarar que a demarcação das terras indígenas de São Marcos, em Roraima, não está concluída. Para Mozarildo, a deliberação vai permitir nova fase de discussão quanto à existência do município de Pacaraima.

Em aparte, o senador Augusto Botelho (PDT-RR) mostrou-se estupefocado com estatística sobre a mortalidade infantil entre indígenas.



Geraldo Magalhães

Heloísa Helena pede obras na Bacia do Rio São Francisco

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) cobrou, ontem, em discurso a implantação das propostas feitas pela Comissão Especial do Rio São Francisco, que funcionou no Senado entre 2001 e 2002.

Segundo a senadora, a comissão sugeriu, entre outras

medidas, a montagem de um sistema gerencial de informações; cuidados com a vazão da água para abastecimento das usinas elétricas; criação de critérios metodológicos e uniformes para análise e controle das águas; zoneamento ambiental da bacia; e obras de contenção

de cheias. Ela lamentou que tenham sido liberados este ano apenas 3% dos recursos orçamentários destinados à revitalização do rio.

Heloísa Helena destacou a necessidade de se realizarem obras de saneamento básico não apenas nas 97 cidades si-

tuadas nas margens do rio, que jogam seus esgotos diretamente em suas águas, mas nos 503 municípios localizados em todo o vale. Em aparte, ela recebeu apoio dos senadores Heráclito Fortes (PFL-PI), Efraim Morais (PFL-PB) e Pedro Simon (PMDB-RS).

COMPROMISSO Heloísa cobra medidas para revitalização do Rio da Unidade Nacional